

AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA SIGNIFICAÇÃO NO PROCESSO EDUCATIVO NA PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Profª Mestranda Otília Maria dos Santos Costa
Faculdade Vale do Cricaré - São Mateus - ES/Brasil
mestraotiliamaria@hotmail.com

Profª Drª Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré - São Mateus - ES/Brasil
soniambc@terra.com.br

RESUMO

O artigo trata da pesquisa de mestrado, de cunho qualitativo, que objetiva analisar no ambiente escolar a significação da avaliação. Estruturamos o texto de forma que estejam explicitados tanto o processo histórico quanto o conceito de avaliação; posteriormente abordamos o processo atual de avaliação do ensino analisando os princípios prescritos na legislação e nos PCN's e, na última parte, apresentamos as conclusões parciais considerando as práticas avaliativas de caráter processual e contínuo, sendo o professor agente principal desse processo que, independente das prescrições legais, é a sua concepção, o tipo de planejamento e a forma de laborar que tornará a avaliação um importante instrumento no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-Chave: Avaliação; Escola; Aprendizagem

INTRODUÇÃO

A pesquisa adota a perspectiva qualitativa, e tem como objetivo analisar as concepções de avaliação existentes no âmbito escolar. Para isso, utilizamos como técnica de pesquisa a análise documental (avaliações, planejamentos, atas, etc), e questionário semi-estruturado. O campo de pesquisa foi delimitado conforme instrução do próprio programa de Pós-Graduação, que objetiva contribuir com as políticas desenvolvidas na região em que o programa está sendo desenvolvido, e por isso, delimitamos a análise de

uma instituição de ensino da rede municipal de São Mateus, que fica localizado no estado do Espírito Santo.

A todo momento somos avaliados e avaliamos algo, até mesmo na execução das ações mais simples do cotidiano, a avaliação aparece de forma quase que espontânea ou natural, como meio para acertar o percurso do caminho para garantir que seja concluído conforme nosso desejo.

Porém, na prática educacional, percebe-se a concepção de avaliação como um processo de (des)construção do conhecimento do aluno, tornando-o incapaz de alcançar os objetivos proposto de uma avaliação eficiente e eficaz. Essa constatação foi possível ao analisarmos preliminarmente os dados da pesquisa, em que os objetivos propostos na avaliação não condiziam com uma proposta de inclusão.

A avaliação do desempenho dos alunos deve ser entendida sempre como instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do ensino do professor, do aprimoramento da escola. Avaliamos para aumentar a compreensão do sistema de ensino, das práticas educativas, dos conhecimentos dos alunos.

A avaliação diagnóstica, é um instrumento que aponta os pontos fortes e fracos dos conteúdos que merecem mais atenção e onde devem ser reforçados. Avaliação, nessa perspectiva, permite a tomada de consciência e de decisão a respeito de melhorar o desempenho de alunos e professores. É um instrumento importante para qualificar a aprendizagem, identificar problemas, encontrar soluções, corrigir rumos e acertar os passos nesse processo. Como tal, a avaliação não deve ser pontual, eventual e realizada somente ao final de cada trimestre, ela precisa ser realizada constantemente, no cotidiano da prática pedagógica.

O interesse pelo tema surgiu da constatação (atuando em sala de aula) da prática a qual os professores são induzidos. Isso porque o próprio sistema de ensino (no caso municipal) contribui para a percepção da avaliação como mero processo classificatório, ao classificar escolas, e turmas na própria escola (ao demonstrar os resultados), sem

com isso apresentar uma proposta de mudança a partir dos dados apresentados. Neste sentido precisamos trabalhar a base da educação, que são os anos iniciais do ensino fundamental e pra que isso ocorra, se faz necessário muita reflexão e estudo acerca da avaliação de aprendizagem dos educandos.

Assim, considerando a realidade constatada sobre a avaliação nas escolas, conduzimos a pesquisa a partir o seguinte problema: **Qual é o verdadeiro significado da avaliação de aprendizagem na escola investigada? E em que medida, a prática do professor contempla a abordagem diagnóstica ou classificatória?**

O objetivo deste texto é trazer alguns elementos teóricos para instigar uma reflexão político-pedagógica sobre a avaliação educacional do ensino-aprendizagem. Reflexão esta que possibilite adentrar nas contradições e assimetrias do cotidiano da escola e da sala de aula na intenção de ressignificar as concepções e as práticas avaliativas. Para tanto, no primeiro momento procuramos abordar o processo histórico e o conceito de avaliação, no segundo momento, abordamos o processo atual de avaliação do ensino, tanto a LDB quanto os PCN's e, por fim, as considerações finais, a qual concluímos que as práticas avaliativas devem assumir um caráter diagnóstico processual e contínuo, e o professor é o agente principal desse processo, pois independente das prescrições legais é a partir da concepção adotada pelo professor, o tipo de planejamento feito, a forma como esse instrumento é aplicado e utilizado na sua prática diária que fará da avaliação um instrumento de ensino e aprendizagem.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: Histórico e Conceitos

De acordo com o dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹, avaliação consiste em “determinar o valor de” através de um processo de apreciação, análise das características observáveis em pessoas, objetos, fatos ou fenômenos. Do francês *Évaluer*, ela vem do latim *valere*, “ter saúde, vigor, força, ter e ser de valor”, resultou em Português, entre outras, em “valia”, da qual se formou “avaliar”.

¹ 1. Determinar o valor de. 2. Compreender. 3. Apreciar, prezar. 4. Reputar-se. 5. Conhecer o seu valor.

No senso comum, "avaliar" é empregado no sentido de atribuir valor a um objeto. Assim, a avaliação permite diversos significados, tais, como: verificar, calcular, medir, apreciar, classificar, diagnosticar, entre outros.

Portanto, a avaliação deve ser feita de modo que contemple o indivíduo como um todo e não seja algo pontual e exclusivo. A avaliação vem sendo realizada como um processo de seleção, de classificação, de modo que são poucos os escolhidos nesse processo, proporcionando, assim, a exclusão daqueles que, por algum motivo, durante aquela avaliação pontual, não conseguiram obter o desempenho esperado.

Vale ressaltar que, a prática pedagógica da avaliação da aprendizagem, visando à melhoria do processo educacional, é um pressuposto básico para que a educação pública se torne realmente uma educação democrática que acolha a todos e que responda às necessidades dos filhos da classe trabalhadora, este público que tem na escola as possibilidades de compreender as grandes contradições da sociedade que reforçam sua condição de massa expropriada dos bens produzidos pela humanidade, ao longo da história. Dentro dessa perspectiva Luckesi (2002),

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. (...) A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível (LUCKESI, 2002, p.118).

Historicamente, somos herdeiros de uma longa história de exames, da forma como ela é praticada na escola hoje, cujas primeiras sistematizações se deram no século XVI, com o nascimento da idade moderna. Exames existiam antes, mas esse tipo de exame escolar, que vivenciamos em nossas escolas hoje, foi sistematizado no decorrer do século XVI, o modelo de sociedade no qual vivemos, a sociedade burguesa, ela é excludente, os exames também o são. Os exames reproduzem o modelo de sociedade.

Atuar pedagogicamente com a avaliação é atuar de forma includente, o que significa reagir ao modo burguês de ser. E isso dá muito trabalho. Para tanto, necessitamos de transformar nossas crenças e conceitos sobre o estudante e sobre nossa relação educativa com ele.

Dessa forma, a avaliação escolar era feita somente para verificar se os alunos tinham memorizado os conteúdos ministrados em sala de aula e constantes na grade escolar. Assim sendo, os alunos aparentemente nada aprendiam, somente decoravam o conteúdo e na hora da avaliação reproduziam como máquinas.

O processo de avaliação continua praticamente a mesma coisa, não mudou muito em relação aos processos realizados no passado. Cada vez mais professores buscam em sala de aula fazer com que os alunos decorem fórmulas, equações, regrinhas, etc., e entendem que, ainda hoje, avaliar o aluno significa aplicar provas, registrar notas, etc.

Contudo, o método de avaliação mais utilizado é o sistema de provas, sistema pelo qual os alunos, em sua maioria, são massacrados e ameaçados de reprovação. Tal método tem como principal objetivo verificar erros e acertos do aluno, não se preocupando com o que ele realmente aprendeu durante o seu processo de ensino aprendizagem. Assim, o método de avaliação se torna repreensivo, desgastante, uma vez que o aluno se torna apenas reprodutor daquilo que ele “aprendeu de cor”.

Avaliar não consiste somente em aplicar provas e dar notas, avaliar vai muito além. A avaliação da aprendizagem deve ocorrer de forma contínua e progressiva, buscando compreender as facilidades e dificuldades de assimilação dos conteúdos por parte dos alunos.

Portanto, analisando as respostas dos professores da escola investigada, percebemos a preocupação das formas de avaliar o aluno como um processo educativo, percebemos os acontecimentos dinâmicos, em evolução, sempre em contínuas mudanças. Mas, o atual sistema de avaliação é uma imposição quantitativa, é mais um marco neste longo processo histórico-educacional e devemos constatar que a avaliação não é um processo

em si mesmo, não é um fim, por isso não se ministra aulas para se avaliar ao final de cada trimestre, mas se vivencia aula avaliando-se para melhor compreender os limites e avanços constituintes das situações didáticas em um processo de construção do aprendizado do aluno.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ATUAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96, nos proporciona os dois mais importantes princípios da afetividade e amor no domínio escolar, o respeito à liberdade e a consideração à tolerância, que são inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Ambos têm por fim, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as ocupações no trabalho. A Lei 9.394/96, das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, faz menção à avaliação da aprendizagem.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional projetada, em 1988, e aprovada em 1997, o processo avaliativo é contemplado no Art. 24, inciso V, alínea (a) e diz sobre a verificação do rendimento escolar. “ Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Neste contexto, a LDBEN vem tornar obrigatoriedade o que é preciso ser traçado como uma meta na educação nacional, ela descreve parâmetros como o aluno deveria ser avaliado em processo contínuo e cumulativo, prevalecendo a qualidade sobre a quantidade.

De acordo com a lei, cabe a escola comprovar a eficiência dos alunos nas atividades, ou seja, avaliar o êxito por eles alcançado nesse processo educativo. Mas, quando se trata em comprovar esse êxito, avaliar se torna complexo. Avaliar não é a mesma coisa que medir, qualquer medida pode se dispor de instrumentos precisos tais como: régua, balança, etc. E quanto mais precisos os instrumentos, mais exatos a medida. Ao contrário disso não há instrumento preciso para a avaliação. Na avaliação escolar, não

se avalia um objeto concreto observável e sim um processo humano contínuo que está sempre em desenvolvimento.

Por outro lado, para tentar contornar esse problema e evitar avaliações precipitadas, para impedir que a avaliação de um momento seja generalizada para todo o processo, deve-se proceder a uma avaliação contínua que capte o desenvolvimento do educando em todos os seus aspectos incluindo os resultados ao longo do período escolar bem como os resultados de eventuais provas finais.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), introduzidos em 1996 trata do tema avaliação como um subsídio ao professor com elementos para uma reflexão sobre sua prática pedagógica. Neste documento é possível perceber que a avaliação é vista em diversos âmbitos da aprendizagem, refere-se à avaliação como uma investigação que instrumentaliza o professor para que ele possa pôr em prática seu planejamento de acordo com as características de seus alunos, ou seja, a avaliação nos Parâmetros Curriculares Nacionais é compreendida como elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino, como um conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como foi aprendido, como um elemento de reflexão para o professor sobre sua prática educativa e como um instrumento que possibilita o aluno tomar consciência de seus avanços e de suas dificuldades.

Nos PCN's a avaliação serve de indicador para orientar a prática educacional. Mostra ao professor quando é preciso realizar ajustes no processo educativo. Para tanto, ela não pode ser feita apenas em momentos específicos ou no final do ciclo escolar, se faz necessário de ser feita diariamente.

A avaliação exige uma observação sistemática dos alunos para saber se eles estão aprendendo como estão aprendendo e em que condições ou atividades eles encontram maior ou menor dificuldade. Essa avaliação não se refere apenas ao domínio de conteúdos específicos, mas também ao desenvolvimento das capacidades.

Portanto, importa avaliar o aluno como um todo, nas diversas situações que envolvem aprendizagem: no relacionamento com os colegas, no empenho para solucionar problemas propostos, nos trabalhos escolares, nas brincadeiras, etc.

A avaliação inicial da classe ganha destaque nos PCN's porque é ela que dará ao professor elementos para fazer seu planejamento, determinando os conteúdos e respectivo grau de aprofundamento, notas, conceitos, etc., não estão descartados. A escola precisa desses instrumentos para seus registros. O importante é que o aluno entenda como está sendo avaliado e que o resultado seja explicado e discutido com ele, e não apenas comunicado através de uma nota.

Outro aspecto fundamental é que nas atividades específicas de avaliação, uma prova, por exemplo, fique claro para o aluno o que se pretende avaliar e sejam usadas situações semelhantes às de aprendizagem.

A avaliação pode se tornar também um instrumento de aprendizagem, estimular o aluno a fazer a auto-avaliação é uma forma dele aprender a analisar seus trabalhos, desenvolvendo seu senso crítico e sua autonomia.

As propostas de avaliação dos PCN's minimizam um dos piores problemas escolares, que é a reprovação, sempre associada ao fracasso. Professor e aluno terão tempo suficiente para detectar problemas e encontrar soluções antes de chegar a um resultado tão radical e negativo. A reprovação será solução apenas para casos muito específicos.

Neste contexto abordado pelos PCN's é possível perceber que esta seria a maneira ideal para se avaliar nas escolas. O docente deve valorizar o processo de formação mais adequada, não acrescentando na prova final somente a nota daquela avaliação, embora seja regimental. Assim a avaliação de aprendizagem torna-se o acompanhamento de um processo em desenvolvimento da transformação do aluno.

Para Luckesi (2006) a avaliação praticada nas escolas é a avaliação da culpa e as notas praticadas são utilizadas para classificar os alunos, onde são comparados desempenhos e

não os objetivos que se pretende atingir. Esta prática de avaliação se explicita por uma relação autoritária e conservadora que permite ao professor manter a disciplina e atenção dos alunos, desta forma a avaliação da aprendizagem torna-se um instrumento de controle que tudo pode, de forma que coercitiva o aluno, não dando-lhe alternativas que desenvolva meios para que alcance o aprendizado.

Nesta concepção é possível perceber que a avaliação tem sido utilizada como um instrumento estático e freador do processo de crescimento, com o objetivo de desempenhar um papel disciplinador tornando o padrão de exigência critério do professor que ao planejar suas aulas não estabelece um mínimo de necessário a ser aprendido pelos alunos e utiliza-se de “médias” de notas para estabelecer a competência do aluno. “A média então é realizada a partir da quantidade e não da qualidade, não garantindo o mínimo de conhecimento”. (LUCKESI, 2006).

Esta forma de avaliação retira dos alunos a espontaneidade, a criatividade e a criticidade, gerando insegurança e medo, o aluno passa a ser conduzido a estudar em função da nota e não pela obtenção do saber, a aprendizagem deixa de ser algo prazeroso e passa a ser um processo desmotivador, contribuindo para a seletividade social. Na visão de Luckesi a avaliação propriamente dita é um ato amoroso,

Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p.172).

Neste contexto coloca-se a avaliação como ato amoroso porque acolhe a situação como ela é. A avaliação se deve incluir, integrar e acolher e não julgar, afastar e selecionar. Neste ato não se julga e não se exclui. Avaliar um discente com dificuldades é criar a base do modo de como incluí-lo dentro do meio da aprendizagem; o diagnóstico permite

a decisão de direcionar ou redirecionar aquilo ou aquele que está precisando de ajuda. Assim, proporciona ao aluno oportunidades de uma nova cognição.

Na avaliação diagnóstica, o professor constata se os alunos estão preparados ou não para adquirir novos conhecimentos e identifica as dificuldades de aprendizagens. Desse modo, Luckesi (2000, p. 08), ressalta que a avaliação auxilia uma vida mais plena, “[...] desde que constata, qualifica e orienta possibilidades novas e, certamente mais adequadas”. Diante disso:

[...] a avaliação diagnóstica será, com certeza, um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no seu processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade. (LUCKESI, 2002, p. 44).

Segundo Luckesi (2002, p. 34, grifo do autor), “[...] a atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a *classificação* e não o *diagnóstico*, como deveria ser constitutivamente”. Luckesi, traz a avaliação como uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

Neste sentido, a avaliação escolar tem o significado de julgar a aceitabilidade do que foi aprendido, ou seja, coloca o aluno e o professor em condições de saber o que precisa ser melhorado, para que seja proposto as mudanças necessárias. Portanto, o ato de avaliar é amplo e não se restringe ao único objetivo, vai além da medida, posicionando-se favorável ou desfavorável à ação avaliada, propiciando uma tomada de decisão.

Porém o exame, faz o docente avaliar se o aluno foi capaz de responder adequadamente a suas perguntas. Porém o erro ou acerto de cada uma das questões não indica quais foram os saberes usados para respondê-la, nem os processos de aprendizagem desenvolvidos para adquirir o conhecimento demonstrado, tampouco o raciocínio que conduziu à resposta dada. Para a construção do processo ensino aprendizagem, estas são as questões efetivamente significativas, e não o erro ou acerto como ressalta a lógica do exame. A pretensão de fazer da pedagogia uma prática mais científica afastou a avaliação dos alunos concretos e da complexidade do processo educacional, impossível

de ser caracterizado em objetivos muito delimitados. Luckesi ainda completa que a avaliação da aprendizagem não é a tirana da prática educativa. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica, construtiva. A avaliação inclui, traz pra dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam.

Para Jussara Hoffmann (1993, p. 32, grifo do autor) “a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório”.

[...] e valor envolve pessoa. Avaliação é, fundamentalmente, acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento. O professor precisa caminhar junto com o educando, passo a passo, durante todo o caminho da aprendizagem. (HOFFMANN 1993, p. 32, grifo do autor).

Hoffmann propõe para a realização da avaliação, na perspectiva de construção, duas premissas fundamentais: confiança na possibilidade do aluno construir as suas próprias verdades; valorização de suas manifestações e interesses. Para Hoffmann, o aparecimento de erros e dúvidas dos alunos, numa extensão educativa é um componente altamente significativo ao desenvolvimento da ação educacional, pois permitirá ao docente a observação e investigação de como o aluno se coloca diante da realidade ao construir suas verdades. Ela distingue o diálogo entre professor e aluno como indicador de aprendizagem, necessário, à reformulação de alternativas de solução para que a construção do saber aconteça. A reflexão do professor sobre seus próprios posicionamentos metodológicos, na elaboração de questões e na análise de respostas dos alunos deve ter sempre um caráter dinâmico.

Portanto, em um processo de aprendizagem toda resposta do aluno é ponto de partida para novas interrogações ou desafios do professor. Devem-se ofertar aos alunos muitas oportunidades de emitir ideias sobre um assunto, para ressaltar as hipóteses em construção, ou as que já foram elaboradas. Sem tais atitudes, não se idealiza, de fato, um processo de avaliação contínua e mediadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa pesquisa podemos concluir que as práticas avaliativas devem assumir um caráter diagnóstico processual e contínuo. Vale salientar a importância da prática avaliativa contínua, pois, somente assim, o professor será capaz de fazer um acompanhamento do desempenho do aluno no processo de aprendizagem, o que favorecerá um aprendizado mais significativo.

Importância da avaliação vem crescendo na medida em que a educação ganha mais espaço. No entanto, é difícil dizer que há, hoje, apenas uma visão a esse respeito. Existem muitas concepções teóricas e muitas práticas distintas acerca do que significa avaliar. Assim, quando se fala em avaliação precisamos esclarecer o que estamos falando.

Por isso, o ato avaliativo é eminentemente político, sempre está alicerçado e a serviço de um modelo de sociedade. Quando esse modelo é neoliberal, a avaliação é classificatória, competitiva e excludente; quando o modelo é não-liberal, a avaliação é educativa, solidária, incluyente e emancipadora.

Consequentemente, o debate acerca da avaliação educacional do ensino aprendizagem não pode ser visto como um embate meramente técnico, de técnicas avaliativas, mas uma discussão político-pedagógica e epistemológica.

Avaliar para promover a cidadania do aluno, como um sujeito digno de respeito, ciente de seus direitos e que tenha acesso a todas as oportunidades que a vida social possa lhe oferecer. E sem promover a aprendizagem, isso não acontecerá.

Segundo Cipriano Luckesi²:

²O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?, Revista Pátio, ano3, nº 12, p.11, 2000.

A prática da avaliação da aprendizagem, para manifestar-se como tal, deve apontar para a busca do melhor de todos os educandos, por isso é diagnóstica, e não voltada para a seleção de uns poucos, como se comportam os exames. Por si, a avaliação, como dissemos, é inclusiva e, por isso mesmo, democrática e amorosa. Por ela, onde quer que se passe, não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. Sempre!

A pesquisa nos trouxe algumas reflexões acerca do tema citado, fazendo um paralelo com a legislação, PCN(s), fundamentação teórica e práticas educativas, assim nos permitiu direcionar algumas situações cotidianas do processo avaliativo fossem mal compreendida.

Nesse caso, constatamos nesta pesquisa que encarar a avaliação como um ato de investigar e intervir não significa aumento de trabalho no cotidiano docente, e isso não gera uma barreira no profissional da educação, pois a avaliação precisa ser vista como uma intervenção no aprendizado dos alunos, desse modo, será alcançado o seu objetivo e não apenas medir ou classificar. A todo momento somos avaliados, não importa que seja no âmbito profissional ou pessoal, o que importa o que será feito com os resultados obtidos. Será feito uma análise para melhorar ? Ou apenas aceitar os resultados e deixar da forma que está?

Para Luckesi (2005), o ato de avaliar é mais exigente que o ato de examinar tanto para o professor como para o estudante. O ato de examinar, do ponto de vista do professor, exige somente a elaboração, aplicação, correção de provas, atribuição de notas e registro dos dados; já do ponto de vista do estudante exige responder as provas e aguardar os resultados.

Por outro lado, exige do professor: elaborar instrumentos adequados (ou seja, de qualidade satisfatória) do ponto de vista da investigação do desempenho do estudante; correção, reorientação dos estudantes se necessária, re-avaliação. E, do lado do estudante, exige estudo, dedicação, investimento, aprofundamento, busca dos melhores resultados.

Portanto, o ato de avaliar é muito mais exigente que o ato de examinar, pois que o primeiro exige qualidade de aprendizagem para o maior número de estudantes senão de todos, o que implica em maior exigência tanto para o professor como para o estudante. Não basta o "qualquer resultado está bem", mas sim importa o melhor resultado possível, o que implica em buscar qualidade na prática educativa, o que, por sua vez, significa investimento na busca de resultados satisfatórios.

Enfim, do ponto de vista pedagógico e da qualidade dos resultados, o ato de avaliar é mais exigente que o ato de examinar. É possível que essa exigência traga alguma resistência do professor em transitar do ato de examinar para o de avaliar, pois implica em acompanhamento, planejamento e re-orientação permanente da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasil: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

<http://br.answers.yahoo.com>, acessado em 14/09/2013.

<http://www.rioeduca.net/blogViews.php?bid=20&id=3716> acessado em 14/09/2013

<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-importancia-da-avaliacao-385020.html>, acessado em 14/09/2013

<http://educacao.atarde.uol.com.br>, acessado em 14/10/2013

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Pátio**, Rio Grande do Sul, n.12, p. 6-11, fev/mar. 2000.

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**, 2ª edição. Salvador Ba: Malabares Comunicação e Eventos 2005.

Luckesi Entrevista concedida à Aprender a Fazer, publicada em IP – Impressão Pedagógica, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6.

meuartigo.brasilecola.com › Filosofia, acessado em 15/10/2013.

pt.wikipedia.org/wiki/Avaliação_educacional, acessado em 15/10/2013

www.luckesi.com.br/pergunta_e_respostas_questao_03.htm, acessado em 15/10/2013

www.priberam.pt/dlpo/, acessado em 21/10/2013

SAVIANI, Demerval . **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1988.